

WASHINGTON NOVAES

Só faça o que eu digo

Instalada a crise do modelo econômico brasileiro, mal surgiram as primeiras propostas de mudanças, incluindo restrições às importações, o diretor-geral da Organização Mundial de Comércio (OMC), Renato Ruggiero, apressou-se, em Genebra, no último dia 9, a advertir o Brasil para que "não recorra ao protecionismo".

É curioso que a advertência não se tenha dirigido a países muito mais próximos, vizinhos mesmo, na própria Europa, que subsidiam fortemente seus produtos. Ou até mais longínquos, do outro lado do Atlântico, porém mais ao norte. Porque, no mesmo dia em que a imprensa brasileira trazia o recado do diretor da OMC, o *Relatório sobre o Desenvolvimento Humano em 1998*, das Nações Unidas, lembrava que os países industrializados estão subsidiando com pelo menos US\$ 335 bilhões anuais sua agricultura, sem falar em pelo menos mais US\$ 365 bilhões/ano em subsídios ao seu transporte, à irrigação e ao consumo de energia.

Ainda há poucas semanas, o ministro da Indústria e Comércio, Botafogo Gonçalves, dizia que nas próximas negociações com a União Européia e a Alca o Mercosul adotará uma "atitude agressiva, para acabar com a política de subsídios". Acrescentava o ministro das Relações Exteriores, Luiz Felipe Lampreia, que os países do Mercosul só aderirão à Alca se houver redução dos subsídios nos países industrializados, principalmente nos Estados Unidos.

Quase como resposta, no mesmo dia o Congresso dos Estados Unidos aprovava lei que concede, a partir de outubro, mais US\$ 5,5 bilhões anuais em subsídios à agricultura e à pecuária norte-americanas, para compensar reduções nos preços de grãos e carnes. Já estava em vigor outra lei que concedia a esses setores US\$ 35,6 bilhões até 2002.

Não é só. A Europa decidiu continuar subsidiando com US\$ 1 bilhão/ano a produção de fumo. Os Estados Unidos aprovaram lei de subsídios por dez anos à sua frota marítima e continuam taxando em mais de 20% as importações de óleo de soja. Segundo estudos publicados por este jornal, na verdade, os subsídios da Europa à



O mundo gasta bilhões para subsidiar sua própria destruição e concentrar a renda

sua agricultura chegam a 43% do valor total; os dos Estados Unidos, a 16%. E ainda se poderia falar de aviões, camarões, gasolina e muito mais.

Também em julho, o Conselho da Terra (que promoveu a Rio-92 e a Rio + 5) divulgou novo estudo do Dutch Institute for Research on Public Expenditure, segundo o qual podem chegar até a US\$

900 bilhões/ano esses subsídios dos industrializados em quatro setores: agricultura, irrigação, energia e transporte. Ou seja, mais do que se gasta anualmente em armamentos (US\$ 780 bilhões, segundo a ONU). E, o que é pior, esses subsídios estão financiando um desenvolvimento insustentável, tanto do ponto de vista econômico quanto ambiental – e em prejuízo das pessoas mais pobres do mundo, nas palavras de Maurice Strong. A seu ver, os países industrializados "estão viciados em subsídios" e é preciso um plano internacional conjugado para eliminá-los.

Na agricultura, por exemplo, diz esse relatório, só 20% dos subsídios aumentam de fa-

to a renda no campo. O restante estimula uma agricultura insustentável e o sobreuso de pesticidas e fertilizantes químicos. Os subsídios à irrigação no mundo (entre US\$ 50 bilhões e US\$ 100 bilhões/ano) são uma das principais causas da salinização de solos, que está reduzindo a produção de alimentos em várias partes do mundo já carentes. Os US\$ 150 bilhões a US\$ 200 bilhões anuais de subsídios ao consumo de combustíveis fósseis agravam a emissão de poluentes atmosféricos, a chuva ácida, as mudanças climáticas. Os subsídios ao transporte também ajudam a poluição, geram congestionamentos, acidentes, mortes, degradação ambiental.

"O mundo", diz o Conselho da Terra, "está gastando centenas de bilhões de dólares por ano para subsidiar sua própria destruição e para concentrar a renda." E aí se entra em outro capítulo dramático, também esmiuçado pelo outro relatório, o da ONU.

Segundo este, enquanto os subsídios estimulam o consumo supérfluo e ambientalmente prejudicial nos países industrializados e em parte da população de outros, em 70 países com quase 1 bilhão de habitantes se consome hoje menos do que há 25 anos. Por falta de renda. Porque, se em 1960 os 20% da população mundial que vi-

vem nos países industrializados detinham 30 vezes mais renda que os 20% mais pobres do mundo, em 1995 passaram a deter 82 vezes mais renda que esse segmento.

Os números são quase inacreditáveis. As 225 pessoas mais ricas no mundo possuem ativos (quase US\$ 1 trilhão) superiores aos rendimentos de 2,5 bilhões de pessoas. As três pessoas mais ricas têm ativos maiores que o PIB anual dos 48 países mais pobres – juntos. E bastariam US\$ 40 bilhões anuais em novos investimentos para proporcionar educação, saúde, saneamento e nutrição a todas as pessoas no mundo.

Aí está um dos nós mais complicados da questão. O avanço do consumo supérfluo e subsidiado é insustentável, em termos ambientais e econômicos (como expandir o mercado com tanta concentração de poder aquisitivo?). Mas a concentração da renda o estimula. Ao mesmo tempo, seria preciso ampliar o consumo dos que quase nada têm (1,3 bilhão de pessoas vivem com menos de um dólar por dia) e adotar formatos sustentáveis de produção: o mercado para produtos ambientalmente adequados já é de US\$ 500 bilhões anuais, lembra a ONU. Mas as políticas econômicas não caminham nessa direção. Ao contrário, subsidiavam a devastação ambiental.

É sobre esse pano de fundo que também se desenrola o drama brasileiro. Não somos diferentes. Aqui, diz a ONU, os 50% mais pobres da população, que detinham 18% da renda nacional em 1960, chegaram a 1995 com 11,6%, perderam 35% da renda total. Já os 10% da população com maior renda saltaram, no mesmo período, de 54% para 63% do total.

E assim ficamos entre dois fogos. Queremos, justamente, eliminar subsídios fora, para aumentar nossa participação no comércio mundial (ainda inferior a 1% do total, o mesmo nível do início da década de 60). Concordamos, em princípio, que é preciso caminhar para o desenvolvimento ambientalmente sustentável. Mas nossas políticas internas subsidiam os grupos de maior renda. E não internalizam a questão ambiental. Ao contrário, batem de frente com ela.

A coerência talvez nos pudesse pôr em situação privilegiada para rediscutir as políticas em âmbito global. Não será apenas com algum controle do capital especulativo que se poderá de fato avançar. Aqui ou fora.

